UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

GRAZIELA CRISTINA SCALIANTE

**DIVÓRCIO PARENTAL, ESTRESSE INFANTIL E DESEMPENHO
ESCOLAR: ALGUMAS REFLEXÕES**

**MARINGÁ
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

GRAZIELA CRISTINA SCALIANTE

**DIVÓRCIO PARENTAL, ESTRESSE INFANTIL E DESEMPENHO
ESCOLAR: ALGUMAS REFLEXÕES**

Artigo apresentado por Graziela Cristina Scaliante, ao Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Pedagoga.

Orientadora: Prof^a Dr^a Solange Franci Raimundo Yaegashi

**MARINGÁ
2012**

Agradeço primeiramente a Deus, por ser o AUTOR da vida e força para a realização desse trabalho.

Aos meus pais Cicera Ap. Viana Scaliante e Laudenir Ap. Scaliante por terem me dado a oportunidade de existir e me amarem.

Às minhas irmãs Aline Roberta Scaliante e Vanessa Aparecida Scaliante, por todo carinho e apoio.

A meu namorado e futuro esposo Rafael Henrique Dutra da Silva por ser motivação de meu início na graduação além de apoiar-me em tudo o que faço, acreditando em meu potencial.

Aos meus amigos e colegas de curso, em especial Karina Rafaela Ribeiro e Gessica Caetano Leite pela cumplicidade, ajuda e amizade.

À professora Dr^a. e orientadora deste trabalho Solange Franci Raimundo Yaegashi ,pela excelente orientação e por ter se tornado para mim referência de competência e carinho.

Dedico esta obra a todos os que me apoiaram e contribuíram para que eu finalizasse a graduação de Pedagogia em especial a Maria Toloy Soldan por todo carinho enquanto secretária do Departamento de Teoria e Prática da UEM.

À Vera Lúcia Dutra e Claudia Marchiori da Cruz por ser exemplo de profissional e amiga e por ter contribuído com este trabalho.

Aos meus sobrinhos Augusto Scaliante Lopes, Mariah Scaliante de Oliveira e Maria Beatriz Guerra da Silva.

Aos meus futuros cunhados Wellington Dutra da Silva, Geisiane Guerra Silva da Silva e Karen Cristina Dutra da Silva por serem companheiros e amigos.

Aos meus futuros sogros Maria de Fátima Dutra da Silva e Orias Prado da Silva por serem como pais para mim.

E, em especial, aos futuros filhos que o Senhor concederá a mim e a meu futuro esposo Rafael Henrique Dutra da Silva, homem dedicado e presente de Deus na minha história.

Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus, criou o homem e a mulher. Deus os abençoou: "Frutificai, disse ele, e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra. Deus contemplou toda a sua obra, e viu que tudo era muito bom [...] (Gênesis 1,26-31)

DIVÓRCIO PARENTAL, ESTRESSE INFANTIL E DESEMPENHO ESCOLAR: ALGUMAS REFLEXÕES

Graziela Cristina Scaliante¹
Solange Franci Raimundo Yaegashi²

Resumo: O presente trabalho teve por objetivo analisar as transformações que ocorreram na instituição familiar, bem como verificar as relações entre o divórcio, o estresse infantil e as dificuldades no processo de desenvolvimento da criança. Para tanto, foi realizado um trabalho de natureza teórica, no qual buscou-se elucidar a posição de diferentes autores sobre o tema em questão. Nesta perspectiva, o estudo justifica-se pela necessidade de compreendermos melhor o sofrimento psíquico e estresse apresentado por algumas crianças quando ocorre a separação dos pais, bem como refletir sobre as formas de prevenção deste sofrimento, o qual envolve uma parceria entre família e escola. Verificou-se que quando a separação envolve a existência de filhos, a questão se torna complexa, pois não se trata apenas do fim de uma relação a dois, mas o início da relação de parentalidade de pais divorciados que, apesar de estarem distantes, precisam continuar exercendo seu papel na educação dos filhos. Constatou-se ainda que o maior problema no momento do divórcio parental não está na separação em si, mas, em como os envolvidos lidam com a situação, sobretudo, os pais. Chegou-se à conclusão que o divórcio, embora seja um processo assimilável nos dias atuais, traz consigo a necessidade de um acompanhamento da criança por parte dos pais, familiares, educadores, pedagogos e profissionais afins que estão envolvidos com o desenvolvimento infantil. Tal acompanhamento possibilita identificar o desencadeamento das dificuldades de aprendizagem de crianças em idade escolar, bem como tratá-las de forma adequada.

Palavras-chave: Divórcio parental; sofrimento psíquico; estresse infantil; dificuldades de aprendizagem.

PARENTAL DIVORCE, STRESS AND INFANT SCHOOLPERFORMANCE: SOME REFLECTIONS

Abstract: This study aimed to analyze the changes that occurred in the family institution, and examine relationships between divorce, childhood stress and difficulties in the development process of the child. Therefore, was performed a theoretical work, in which we sought to elucidate the position of different authors on the topic in question. In this perspective, the study is justified by the need to better understand the psychological distress and stress presented by some children when there are parental separation, as well to reflect on ways to prevent this suffering, which involves a partnership between family and school. It was found that when the separation involves the existence of children, the issue becomes complex because it is not just the end of a relationship, but the beginning of the relationship of parenting of divorced parents, despite being distant, need continue to play its role in educating

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia.

² Psicóloga e Prof^a Dr^a do Departamento de Teoria e Prática da UEM, Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

their children. It was further observed that the biggest problem at the time of divorce parental separation is not in itself, but in how those involved deal with the situation, especially parents. It comes to the conclusion that divorce, although a process assimilable today, brings the need for monitoring of the child by the parents, relatives, teachers, educators and allied professionals who are involved with child development. Such monitoring helps identify the onset of learning disabilities in school-age children, and treat them appropriately.

Keywords: Parental Divorce; psychological distress; childhood stress; learning difficulties.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre o divórcio e seus impactos sobre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças tem sido alvo de interesse de profissionais de diferentes áreas. Na área da Educação, especificamente, o foco de atenção centra-se principalmente na preocupação com o processo de aprendizagem da criança e as formas de prevenção e tratamento das dificuldades que possam surgir.

Entretanto, para falarmos em divórcio e seus impactos sobre a criança, se faz necessário nos determos em alguns aspectos que são essenciais no que diz respeito a esta temática, ou seja, discutir a forma como o divórcio mudou a configuração familiar nas últimas décadas.

O divórcio é algo muito comum nos dias atuais, porém suas consequências na aprendizagem da criança ainda são um assunto pouco discutido. A reflexão e discussão em torno da temática do divórcio e sua influência para o estresse infantil, é de grande relevância e merece ser amplamente discutida pelos envolvidos pelo processo de ensino-aprendizagem de nossas crianças.

A separação física dos pais causa grande perturbação nas crianças, visto que nesse momento elas precisam fazer uma reformulação na visão que tinha dos pais como uma unicidade. Ao perceber que existe algo se desfazendo dentro de sua própria família, a criança fica bastante preocupada com o que vai lhe acontecer, pois a família é percebida por ela como sua fonte de apoio e proteção, portanto o divórcio é visto como ameaça a esta estrutura (ARAUJO; YAEGASHI, 2011).

O sofrimento imediato que a criança sente com a notícia da separação é menos traumático do que a angústia de estar percebendo que existe algo de errado na relação de seus pais e não estar ciente do que está efetivamente acontecendo.

Durante seu desenvolvimento intelectual, emocional e afetivo, a criança se confronta com momentos em que a tensão de sua vida alcança níveis muito alto, às vezes ultrapassando sua capacidade ainda imatura para lidar com situações conflitantes (LIPP, 2008, p.18).

Para a autora, as crianças em idade pré-escolar, na maioria das vezes, tendem a culpar-se, achando que o pai foi embora por sua causa, assim assumem para si a culpa da separação. Já as crianças maiores tendem a se entristecer e a

ficarem depressivas. Dores de cabeça, vômitos e diarreias, dentre outros, são problemas comuns em casos de separações.

Na maioria das vezes, crianças e adolescentes ao não aceitarem a separação, começam apresentar comportamentos agressivos manifestando hostilidade e desgosto. Nestes casos acabam por culparem o pai ou a mãe, dependendo com quem estão morando, por não serem capazes de manter a família unida. Para eles, mais vale ter uma relação insegura do que serem “abandonados”, sentimento este que acompanha sempre a criança ou o adolescente diante de uma separação.

Outro fator que influencia de forma negativa o desenvolvimento da criança e sua aprendizagem, e que é causador de situações de estresse na mesma, é o fato de que na maioria dos casos de separação, os pais passam a ver os filhos com pouca frequência ou após um ano do ocorrido, se afastam definitivamente dos filhos.

Por isso é de suma importância que os pais, a escola e os envolvidos no desenvolvimento da criança, estejam preparados para auxiliá-la neste momento. Pois muitas vezes elas não conseguem lidar com esta situação e acabam por desenvolver problemas que envolvem sua saúde física, emocional e até mesmo sua aprendizagem escolar (LIPP, 2008).

Atualmente a afetividade passou a ser considerada de como um fator muito relevante na relação professor-aluno e aluno-família. Neste sentido, os professores, precisam conhecer os problemas familiares e sociais de seus discentes, passando a atuar como elementos primordiais para ajudar a resolver tais problemas, juntamente com os pais.

Para alguns autores, o divórcio pode causar danos significativos ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança. As crianças que passam por essa situação familiar crítica têm apresentado, segundo dados das últimas duas décadas, menor interesse e estímulo em questões escolares do que as que não passam pela situação de separação dos pais (SOIFER, 1983; LIPP, 2008).

Segundo Ramires (2004), na década de 1990, um em cada quatro casamentos terminaram em separação e na atual década este percentual passaria de 48 para 52%, resultando em um número maior de separações do que de casamentos. Fica claro, portanto, que esta nova configuração familiar está presente na vida de um extenso número de crianças. Ainda que o divórcio seja entre o pai e a

mãe, a criança também passa por essa separação, pois tem que separar o que outrora tinha unido dentro de si.

A escola não é capaz de suprir as necessidades das crianças, substituindo a função dos pais: família e escola, em interação harmônica, propiciam o desenvolvimento de uma maior segurança para vida da criança (TRICOLLI, 2008, p. 139).

Dessa forma, tanto escola quanto família, precisam ser parceiras no que diz respeito ao processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Quando se trata de crianças que enfrentam o processo de separação é fundamental que a família esteja preparada para auxiliar a criança nesse momento, visto que a escola, como afirma Tricolti (2008), não é capaz de suprir todas as necessidades das famílias.

A presença da família para o desenvolvimento da criança é essencial, mesmo que os pais estejam separados, pensar na educação dos filhos, oferecerem proteção, carinho é um fator de suma importância para a criança.

Neste sentido, o presente estudo teve por objetivo analisar as transformações que ocorreram na instituição familiar, bem como verificar as relações entre o divórcio, o estresse infantil e as dificuldades no processo de desenvolvimento da criança.

Para tanto, foi realizado um estudo de natureza teórica, o qual foi subdividido em três partes. Na primeira apresentamos o percurso histórico que envolve a família e as mudanças na sociedade. Na segunda discutimos a questão do divórcio e suas repercussões sobre a criança. Na terceira, por sua vez, abordamos o estresse infantil e suas causas.

1. A FAMÍLIA AO LONGO DOS TEMPOS

A família ao longo dos tempos passou por várias transformações, tanto na forma de se relacionar, quanto na sua constituição. O modelo idealizado de família (pai, mãe e filhos), dá espaços para outros modelos de família. Hoje temos famílias constituídas por mãe e filhos, mães, avós e filhos, somente avós e netos, só o pai e os filhos entre outros. Embora a família tenha passado por várias transformações,

não podemos negar que, ela ainda é indispensável para a educação e proteção da criança (SANTOS; SANTOS 2009).

Segundo Kaloustian (1988), a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, e é em seu espaço que são absorvidos o valor ético e humanitário, em que se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais.

A partir das últimas décadas do século XIX, podemos perceber o aparecimento de um novo modelo de família, e estas mudanças se deram a partir do fim do trabalho escravo, com as novas práticas sociais e com o início da modernização da sociedade, despontando um modelo de família baseado na burguesia européia. Trata-se de uma família constituída por pai, mãe e poucos filhos. O homem continua detentor da autoridade, enquanto a mulher assume uma nova posição: "dona de casa". Desde muito cedo muitas crianças assumem papéis de adulto devido a necessidade de trabalhar que os pais enfrentam para manter o equilíbrio financeiro de suas casas.

De acordo com Casarin (2007), nos últimos vinte anos, várias mudanças no plano socioeconômico e cultural, relacionadas ao processo de globalização, vêm interferindo na dinâmica e estrutura da família e, conseqüentemente, estimulando alterações em seu padrão tradicional de organização. Embora, esse processo tenha começado com a Revolução Industrial, a interferência nas configurações familiares passa ainda por grandes mudanças. Depois da II Guerra Mundial, a mão de obra feminina aumentou em virtude da ausência masculina no mercado de trabalho.

[...] a família burguesa começa a delinear-se a partir do período da industrialização, que sinalizou a modernidade, do surgimento da escola, da conquista da privacidade, da preocupação com a educação dos filhos e do sentimento de família, também valorizado, sobretudo pela igreja. Com isso, os papéis, o lugar e as atribuições de cada um de seus membros começam a ser definidos (ORSI, 2003, p. 31).

Para Simionato e Oliveira (2003), as significativas mudanças que ocorreram na sociedade brasileira transformando-a de sociedade rural e patriarcal em sociedade industrial, com mais mobilidade social, geográfica e cultural, são responsáveis por estas transformações no modelo e na estrutura das famílias.

Estas transformações sociais, culturais, e econômicas que influenciaram diretamente no âmbito familiar, apesar de apontarem pontos positivos e negativos à “nova família”, não destituiu da mesma a responsabilidade sobre os indivíduos, pois a família: favorece um engajamento social que cria para o indivíduo uma espécie de ordem, na qual sua vida adquire um sentido, constituindo - o como sujeito. De certa forma ela prepara o indivíduo para o enfrentamento social, pois é nela que os fortes sentimentos de ódio, amor, ciúme, inveja, etc, aparecem e ainda podem ser trabalhados dentro de um ambiente afetivo e acolhedor, a que não acontece com as pessoas em seu mundo externo, de trabalho (MELLO, 1997, p.12).

Segundo Postman (1999), mudanças comportamentais no grupo familiar e individual também levaram a uma nova conceitualização da infância. Se há algumas décadas a família se reunia frente ao aparelho de TV em seus horários livres para o lazer, para assistir programas e conversar, hoje estes momentos estão cada vez mais raros, tornando-se cada vez mais comuns os membros (adultos e crianças) se isolarem frente ao computador ou jogos de game, trancado cada um num espaço da casa.

Simionato e Oliveira (2003) afirmam que atualmente as famílias se distinguem pela ênfase que dão ao processo de industrialização. O elemento central não é mais o grupo reunido, mas os membros que o compõe. Dessa forma, a família se transformou num espaço privado a serviço dos indivíduos, por esta razão os autores a designam como relacional e individualista. Prado (1996, apud SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003) afirma que vivemos em uma era narcísica em que predomina a individualidade.

As modificações e reestruturações na organização familiar apontam a conclusões que apesar de ainda ser prevacente na sociedade atual, a família nuclear é um modelo idealizado e reproduzido culturalmente, mas que está

passando há longo tempo por um período de transição. Momento este ligado a uma época onde impera o individualismo, a globalização, o consumismo desenfreado, a nova ordem econômica mundial, as novas tecnologias e outros fatores que modificam as relações de trabalho, as relações pessoais e conseqüentemente as relações familiares (JOSÉ FILHO, 1998).

Os modelos de famílias encontrados atualmente são tantos, que se tornou impossível classificar e principalmente julgar os “bons e os maus” planos de família- como poderíamos dizer de um “plano de carreira”. Alguns encontram o seu equilíbrio numa relação estável e fechada, uma célula voltada sobre si mesma que eles fortificam contra agressões e mudanças de qualquer tipo. Eles exigem muito dos seus parentes, mas em troca se prontificam a dar muito de si mesmos. Outros, ao contrário, nada querem sacrificar da sua aventura pessoal, preferem uma fórmula de família “personalizada”, sem constrangimentos e sem obrigações, aonde os indivíduos vêm basicamente recarregar as suas baterias antes de saírem mais uma vez pelo mundo afora (COLLANGE apud JOSÉ FILHO, 1998, p.45).

Em conseqüência das novas formas de agrupamentos familiares, mudanças significativas vão surgindo. O aumento de mulheres casadas e com filhos participando da força de trabalho afetou a divisão de tarefas e as regras sociais no tocante à definição do papel da mulher e do homem. Casais que optaram por este estilo de vida enfrentaram dificuldades para equilibrar crescimento individual com trabalho e casamento. Na década de sessenta com a revolução feminista e a industrialização, com a necessidade de sobrevivência das famílias pobres temos a inserção das mulheres no mercado de trabalho obrigando-as a delegar a função de educar e de cuidar de seus filhos a terceiros. Até então as crianças ficavam totalmente sobre a responsabilidade da família, principalmente da mãe.

Neste momento, com a mulher saindo para trabalhar fora a educação primária foi delegada às escolas ou creches. Por sua vez, estas instituições acreditavam-se no dever de dar apenas as instruções secundárias, no tocante ao estudo e conhecimento das letras e não educar um indivíduo em sua integralidade, ensinar noções de limites, normas e conceitos educativos (CASTELLS, 1999, apud MACHADO, 2005).

De acordo com Tricolli (2008), atualmente, com a necessidade de as mães trabalharem fora, as crianças estão indo às escolas cada vez mais cedo. Com essa mudança na organização das atividades familiares, a escola passou a ser o primeiro

ambiente social em que a criança se insere ainda bem pequena. É o seu primeiro ambiente socializador fora da família.

Deste modo, os professores atualmente acumulam além da função de ensinar, a responsabilidade de formar a criança para a vida. Assim, os professores passam a ter um papel de relevância ainda maior do que o dos anos passados. A maior dificuldade para o exercício deste papel que a sociedade está atribuindo aos professores é que o seu estresse ocupacional atinge índices elevados e neste estado eles, muitas vezes, não possuem condições emocionais para lidarem com o estresse dos alunos. Observamos então um impasse: nem sempre os pais e nem as escolas assumem a responsabilidade de educar, ficando a criança carente de um sinalizador, da orientação necessária para bem desenvolver-se, faltando-lhe conceitos primários de educação, numa espécie de desordem íntima. (TRICOLLI,2008)

Visando preparar um melhor futuro para os filhos, os pais estão exigindo da criança, cada vez mais cedo um aprimoramento para a vida adulta, a fim de capacitá-las para melhor produzir no mundo do capital, através de cursos que os levam a sobrecarga de atividades físicas e intelectuais, muitas vezes sem considerar as aptidões e os gostos da criança (LIPP, 2008 apud JORRA ; YAEGASHI, 2010).

Geralmente esse tipo de conduta gera na criança, certa anulação de seus instintos natos. Na maioria das vezes a criança é forçada a realizar atividades que muitas vezes tornam seu dia a dia monótono e estressante.

Elkind (2004) destaca que ao se negar a aprender, ao ficar apática ou agressiva poderemos apontar para um mecanismo de defesa do ego infantil: a formação reativa da criança frente às exigências que a impede do que é mais natural e espontâneo nela: o ato de brincar. A estrutura familiar, com rotina própria de adultos, com horários a cumprir, a impede de descontrair, de relaxar, de ter tempo para brincadeiras, de interação e afetividade com os pais, forçando-a a assumir compromissos estressantes.

As mudanças na estrutura familiar não afeta somente os adultos, as crianças na maioria das vezes são as que mais sofrem, visto que, diante de uma separação ou ausência dos pais elas acabam por se sentirem culpadas pelo fim do relacionamento dos mesmos.

Portanto, as mudanças na estrutura familiar, as exigências sociais e a forma como a criança interpreta certos acontecimentos de sua vida podem gerar o estresse infantil e sua manifestação através sintomas psicológicos e físicos.

2-DIVÓRCIO PARENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Diante das transformações sofridas pela família ao longo dos tempos, observa-se uma fragilização dos vínculos familiares e uma maior vulnerabilidade da família no contexto social. E, neste contexto de transformações surge o divórcio, dando forma a um novo modelo de família.

A palavra "divórcio" vem do latim *divortium*, que quer dizer "separação", que por sua vez é derivada de *divertere*, que significa "tomar caminhos opostos, afastar-se". Nesse contexto de significações, entende-se o divórcio como um processo que ocorre no ciclo vital da família, desafiando sua estrutura e sua dinâmica relacional. Conforme Cervený (2002, apud FÉRES-CARNEIRO, 2003), a separação do casal não acaba com a família, porém a transforma. Em outras palavras, a estrutura se altera com a dissolução da conjugalidade, embora a família, enquanto organização se mantenha.

Féres-Carneiro (2003) aponta que, na sociedade contemporânea, os divórcios aumentaram, porém isso não significa o desprezo ao casamento, mas, ao contrário, sua valorização. A autora parte da hipótese de que o casamento ainda é uma instituição fundamental para a maioria das pessoas, pois quando o matrimônio não corresponde às expectativas do casal, ocorre o divórcio. Nesses termos, as pessoas se divorciam porque esperam mais de seus casamentos, iniciando, então, uma busca por novas relações e, se possível, outro casamento.

Segundo CANO et al (2009), pesquisadores na área de família ressaltam que o divórcio é um processo complexo, pluridimensional e que ocorre de forma diferenciada em cada família. Sobre o tema, Peck e Manocherian (2001, apud CANO et al, 2009) destacam que o período de crise decorrente da separação do casal afeta todos os membros da família, porém de forma individualizada. Logo, o divórcio é um processo singular, uma vez que ele terá maior ou menor impacto nas pessoas envolvidas dependendo de alguns fatores (econômico, social, cultural, religioso), e, ainda, das redes de apoio que se estabelecem ou não. Disso decorrem

os diferentes graus de complicações que envolvem a família. Algumas mudanças no contexto social colaboraram com a reestruturação da organização familiar. Entre elas a revolução feminista (1960) que possibilitou a entrada da mulher no mercado de trabalho e a aprovação da Lei do Divórcio no Brasil (1977).

Além disso, com a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990) vários conceitos legais foram aprimorados, como é o caso do pátrio poder. De acordo com os textos das diversas leis que tratavam sobre o assunto, o pátrio poder era exercido exclusivamente pelo pai, relegando à mãe segundo plano, no texto constitucional, este direito foi dividido qualitativamente entre ambos. O antigo Pátrio Poder mudou no novo Código Civil para Poder Familiar. Na época do antigo Código Civil (1916) quem exercia o poder sobre os filhos era o pai e não se falava no poder do pai e da mãe (pais). Mas esta situação mudou e hoje a responsabilidade sobre os filhos é de ambos (CANO et al, 2009).

A separação judicial ou divórcio dos pais não altera nada, em termos legais, a questão do poder familiar, o que se estabelece neste caso é a guarda da criança (com quem vai ficar), as visitas (daquele que não tem a guarda) e o valor da pensão alimentícia a ser paga, mas ambos continuam responsáveis. É muito comum as pessoas imaginarem que somente aquele que paga a pensão tem o dever de sustento e aquele que tem a guarda decide sobre a educação, mas não é isso que a lei estabelece. Os pais têm direito e dever de educar os filhos ainda que separados, decidindo sobre a vida deles em conjunto (CANO et al, 2009).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007 apud CANO et al, 2009) mostram que os números de divórcio e separações ocorridos no Brasil, entre os anos de 1993 e 2003, cresceram 44% e 17,8%, respectivamente. Já no período entre 2004 e 2005, as separações judiciais aumentaram 7,4%, mantendo um crescimento gradativo. Recortamos para esta pesquisa a influência do divórcio, a nova estrutura familiar, o ritmo das famílias pós-modernas com atividades em excesso como fator gerador de estresse infantil e suas influências nas dificuldades escolares.

Segundo Souza (2000), com o aumento do número de divórcio acumulou-se uma considerável literatura mundial a respeito do ajustamento infantil, contando-se hoje, com boas revisões bibliográficas que permitem concluir que as pesquisas das décadas de 1960 e 1970 superestimaram os efeitos deletérios do divórcio per se. As crianças têm sua saúde mental associada ao bem-estar dos pais e à qualidade do

relacionamento entre ambos. Assim, estarão sob risco, quando crescerem numa família onde o casal esteja em conflito, quer vivam juntos ou não. Por outro lado, os filhos de divorciados poderão ser competentes e bem ajustados quando o divórcio puder conter a escalada de conflitos entre os cônjuges e a mãe ou pai que estiver com a guarda das crianças for capaz de proporcionar um ambiente de cuidado positivo, a respeito do estresse inerente ao seu papel singular mais sobrecarregado (HETHERINGTON; STANLEY-HAGAN, 1999 apud SOUZA, 2000).

O divórcio, mais que um evento isolado, é um longo e complexo processo, envolvendo múltiplas mudanças. Até o presente, os autores, em geral, remetem-se ao estudo de Hetherington, Cox e Cox (1982, apud SOUZA, 2000), que verificou a decorrência de um período de cerca de quatro anos, a partir da separação, até que todos os ajustamentos familiares necessários tenham ocorrido. As adaptações infantis, consideradas sob uma perspectiva temporal, dependem, por um lado, da quantidade e qualidade do contato com a figura parental não detentora da guarda e, por outro, do ajustamento psicológico e da capacidade de cuidado da figura parental detentora da guarda, do nível de conflito entre os pais após a separação ou o divórcio, do nível de dificuldades sócio-econômicas e do número de eventos estressores adicionais que incidiram sobre a vida familiar.

Portanto, o divórcio pode ser um acontecimento traumatizante na vida da criança qualquer que seja a idade. Em idades precoces, pré-escolares os efeitos não tardam a surgir, a criança fica agitada, confusa e sentem-se muito vulneráveis, tendendo a culpar-se “o pai foi-se embora porque eu sou mau” entre outras coisas que assentam sempre na sua responsabilidade pela separação dos pais. As crianças pequenas como ainda são muito auto-centradas tendem a culpabilizar-se de situações menos boas (CANO; GABARRA; MORE; CREPALDI, 2009).

Segundo Tricoli (2008), a separação entre os pais, é considerada uma das situações que mais podem provocar um quadro de estresse nas crianças, e deve ser vista com maior cautela, assim como se deve usar de todo o cuidado possível ao lidar com ela.

É importante que os filhos sejam preservados de brigas e discussões, e que não sejam usados como objeto de disputa por nenhum dos pais. É igualmente fundamental sempre explicar à criança que seus pais apenas não mais residirão juntos, mas que o amor de ambos sempre existirá, e que eles sempre serão pai e mãe independente da distância física que os separe. (LIIP, 2008, p.106)

A maturidade em lidar com a situação conflitante colabora para que a criança envolvida na situação enfrente os desafios da sua vida sem grandes agravantes psicológicos que podem vir a desencadear-se em forma de sintomas causadores pelo estresse que interferem em seu desenvolvimento. Para tanto todos os envolvidos são co-responsáveis para minimizar atritos e assim possibilitar as mesmas um ambiente fortalecedor de vínculos que gera equilíbrio emocional, psicológico e social.

3-DIVÓRCIO E ESTRESSE INFANTIL

Elkind (2004) destaca que qualquer tipo de separação segundo provoca sobrecarga emocional. Mesmo a separação sendo considerada uma situação normal e saudável do crescimento de uma criança (por exemplo: ir para escola desde muito pequena), em alguns casos, a forma como a separação é conduzida pode ser prejudicial podendo estressar uma criança e causar doenças.

Depois do choque inicial e do esforço para não aceitar a separação, muitas crianças começam a atormentar-se. Um dos principais sintomas de muitas crianças, cujos pais se estão a separar, é simultaneamente de desgosto e hostilidade. Com frequência a agressividade parte do cônjuge com o qual vivem; por exemplo, a criança culpa a mãe por não ter sido capaz de manter unida a família e, por fim, tem dificuldades em aceitar um padrasto. Nas visitas periódicas ao pai, não se atreve a manifestar o seu desgosto, por ter receio de acabar com uma relação já de si insegura. Uma diminuição das visitas aumenta as preocupações da criança. Dois meses depois de sentenciado o divórcio, menos de metade dos pais vêem os seus filhos uma vez por semana. Passados três anos, a metade referida já nem os visita.

Uma grande parte dos distúrbios de comportamento reflete o desequilíbrio social e emocional das relações existentes na família, sendo esta a primeira unidade com a qual a criança tem (ou deveria ter) contato contínuo e é também o primeiro contexto no qual se desenvolvem padrões de socialização e problemas sociais. A separação dos pais pode trazer um desajuste social muito grande para a criança, levando-a a agressividade, angústia, sentimento de abandono nos casos em que ela

se sente perdida, dividida e sem saber se continua ou não sendo amada (ARAUJO ; YAEGASHI, 2011).

Muitos filhos de pais separados são pessoas melancólicas, depressivas, com baixo índice de aprendizado escolar, com dificuldades de se relacionarem, conviverem ou confiarem nas outras pessoas, com distúrbios de fala, sexualidade prejudicada, pessoas violentas, hiperativas, física ou fisiologicamente afetados. Ao passar por uma situação de separação, o estresse, a criança está possivelmente fadada a passar por um estresse muito grande.

Casais que brigam muito e que se divorciam, geram em seus filhos estresse e um sentimento de impotência, pois eles desejam que tudo acabe de uma maneira ou de outra, mas sabem que não podem fazer nada. E, o que é pior, a criança às vezes acredita que a separação dos pais aconteceu porque ela não foi boa o suficiente, sente-se culpada, esse tipo de crença pode persistir, mesmo que os pais digam o contrário.

O estresse é uma reação do organismo diante das situações conflitantes que se enfrentam, pode ocorrer em qualquer pessoa independente da raça, sexo e condição sócio econômica, pode interferir nas relações familiares e principalmente na conduta da criança, como também em seu desempenho escolar (LIPP, 2008).

Para Tricolli (2008), o estresse pode ser gerado por fontes internas e externas: certos acontecimentos na vida da criança, bons ou maus, ou certas situações originadas ou suas interações com outras pessoas podem torna-se fontes de estresse. A escola pode ser um local de onde esta criança pode estar exposta a todo o tempo, por meio do convívio entre colegas, os professores e demais funcionários: a escola pode então vir a ser o que chamamos de fonte externa. Crianças forçadas a realizar atividades extras (muito comum atualmente) podem sentir-se bastante estressadas sem contar na falta de espaço para vivenciar sua infância, causando futuramente desmotivação em relação à escola e a tarefas. É preciso cuidar no que se refere a transferências que são realizadas nesta criança, ou seja, elas acabam vivendo projetos e expectativas que os pais gostariam de ter realizado e não puderam.

Já as fontes internas podem ser geradas pela própria criança de acordo com a maneira que ela enfrenta as situações cotidianas, ou de acordo com seus pensamentos e tipos de personalidade e suas atitudes. Considerando todos estes aspectos é importante ressaltar que se faz necessário mediante a estas informações

e reflexões que pais e equipe escolar conheçam e possam colaborar para que as crianças vivenciem de forma menos agressiva seu desempenho escolar.

O estresse pode se manifestar tanto no corpo como na mente. O aparecimento de depressão e de ansiedade igualmente pode estar relacionado ao stress [...] (LIPP, 2008,p.17).

Segundo a autora, tanto nos consultórios de psicologia, psicopedagogia, psicoterapia, quanto nas escolas é crescente o número de pais que vêm à procura de soluções e orientações quanto às consequências do divórcio, no que diz respeito à vida de seus filhos.

A escola, na maioria das vezes, se torna o espaço principal, onde as consequências do divórcio se efetivam, revelando uma série de situações, que nem sempre ela está preparada para resolver. Por ser o segundo espaço onde a criança passa maior tempo, a escola é também, o local onde a criança deixa transparecer, as suas angústias, seja por meio de exigências afetivas ou comportamentos, agressivos e violentos.

É comum, também, que as crianças que passaram ou estão passando por um processo de separação dos pais, sejam eles biológicos ou não, apresentem sérios problemas relacionados à disciplina e à aprendizagem escolar. Essas crianças, em sua grande maioria, são mais agressivas e intolerantes (LIPP, 2008).

É importante que ao se pensar em um divórcio, os pais conversem com seus filhos, de forma a conscientizá-los de que a separação é fruto do desgaste da relação entre os adultos, e que, a criança não tem culpa dessa separação. A criança precisa acreditar que está amparada e que os pais mesmos separados estarão ao seu lado.

Sabemos que, dificilmente, a criança passará por uma situação de divórcio sem sofrer com esta situação, mas fica evidente que quanto mais civilizado e menos estressante for todo o processo de divórcio, menor será o risco de a criança desencadear um stress.

Para Féres-Carneiro (2003), o divórcio é uma espécie de ruptura no sistema familiar, trazendo uma série de mudanças na estrutura e nos relacionamentos, tanto para o casal quanto para os filhos. Quando um divórcio acontece, pressupõe-se que já se esgotaram todas as possibilidades de convivência. Os conflitos não puderam ser resolvidos e as crianças, por menores que sejam, percebem o nível de tensão emocional entre os pais.

A separação exige uma mudança na maneira de funcionamento das famílias, provocando uma nova definição da vida familiar. Esse período é extremamente delicado e torna-se primordial um tempo considerável de reorganização.

O divórcio altera todo o conceito de família que a criança possuía, obrigando-a a confrontar-se com a inevitável saída de um dos progenitores de casa e, na generalidade das crianças, com a perda do contato diário com o mesmo. Este é sempre um acontecimento doloroso para uma criança, que a marcará. O modo como um filho vivência esse período, bem como os sentimentos com que é confrontada, variam de criança para criança, consoante a sua personalidade, a dos pais, o seu gênero, a sua idade e maturidade, entre vários outros fatores (FÉRES-CARNEIRO, 2003).

Os pais precisam compreender que o término do vínculo a dois, apesar de ser difícil e delicado no começo, pode ser a garantia da qualidade das relações de convivência entre os familiares. Para isso, é importante dedicar o máximo de tempo às crianças durante o processo. Quanto melhor o casal souber lidar com suas diferenças e quanto mais seguros estiverem sobre suas decisões, estarão mais preparados para lidar com confiança nas questões dos filhos.

Alves (2008) afirma que os pais devem estar atentos a sinais de ansiedade no seu filho ou filhos. As crianças mais novas podem reagir a um divórcio tornando-se mais agressivas, não cooperantes ou mais tímidas, outras crianças podem manifestar tristeza profunda e sentimento de perda. O rendimento escolar poderá ser afetado e é comum um aumento de problemas de comportamento. Em adolescentes e adultos, filhos de divórcios podem manifestar dificuldades nos próprios relacionamentos e terem problemas de auto-estima.

As crianças irão reagir de modo mais positivo se souberem que os seus pais, embora o casamento tenha chegado ao fim, continuam envolvidos com a sua educação e com o seu desenvolvimento. Quando os pais cooperam entre si, procurando o que é melhor para a criança a tendência é que as crianças reajam melhor com a separação, mostrando-se mais seguras e autoconfiantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou esclarecer e propiciar reflexões acerca das transformações ocorridas no interior da instituição familiar, verificar as relações do divórcio parental, estresse em infantil e possíveis consequências no desenvolvimento das mesmas, sendo que, como educadores, pais entre outros nos tornamos responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem.

Por meio da revisão de autores que abordam a temática, ficou evidente que o divórcio parental é um processo doloroso, sobretudo, para os filhos, que se vêem muitas vezes desamparados e perdidos com a situação. Contudo, para que essas dificuldades sejam sanadas, é primordial que a relação parental durante e após o divórcio, esteja comprometida, priorizando a relação entre pais e filhos a verdade e possíveis esclarecimentos do que está acontecendo e do que poderá vir a acontecer após o divórcio. Portanto, este estudo possibilitou verificar que o maior problema no momento do divórcio não está na situação em si, mas em como os envolvidos lidam com a situação, sobretudo, os pais.

Portanto, salientamos mais uma vez que o problema existente no processo pelo qual se desenvolve o divórcio reside, sobretudo, na forma de como os pais conduzem essa situação diante de seus filhos.

Esperamos, com a elaboração desta análise, auxiliar pais, familiares, educadores, pedagogos e demais profissionais que estão envolvidos com o desenvolvimento humano, para que obtenham maior conhecimento sobre o divórcio parental e o desencadeamento do estresse nas crianças e das dificuldades de aprendizagem das mesmas em idade escolar.

Acreditamos que investigar esta temática ampliou nossa visão acerca da necessidade em aprofundarmos questões que norteiam atualmente nossa sociedade e, em especial, as crianças que por vezes sofrem pela “deficiência” de estudos que possibilitem seus formadores a desenvolverem uma ação mais eficaz.

Com certeza esse trabalho, por si só, não esgota o assunto, mas traz um novo olhar sobre esta temática e abre caminhos para novas discussões e reflexões em torno do assunto. Esperamos que as discussões tecidas neste trabalho sirvam de ferramenta que auxiliem pais, professores e demais envolvidos no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, a fim de ajudá-las a superar os problemas e conflitos gerados pela separação dos pais.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. **Psicologia e Investigação**. Disponível em: <http://psicologia-investigacao.blogspot.com.br/2008/01/actualmente-um-em-cada-dois-casamentos.html>. Acesso em 25/05/2012.

ARAUJO, M. A.; YAEGASHI, S. F. R. **Divórcio Parental, Depressão Infantil e dificuldades de Aprendizagem**. Disponível em: http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos%202011/Turma%2032/Meire_de_Araujo.pdf Acesso em 05/07/2012.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

CANO, D. S.; GABARRA, L. M.; MORE, C. O.; CREPALDI, M. A. As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722009000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10/05/2012.

CASARIN, N. E. F. **Família e aprendizagem escolar**. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/24/TDE-2007-04-12T143957Z-499/Publico/389091.pdf Acesso em: 05/03/2012.

ELKIND, D. **Sem tempo para ser criança: a infância estressada**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FÉRES-CARNEIRO. T. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia**, v.8, n.3, p. 367-374, 2003.

JOSÉ FILHO, M. **A família como espaço privilegiado para construção da cidadania**. 1998. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca.

JORRA, J.F.; YAEGASHI,S.F.R. **Dinâmica familiar e contexto escolar: algumas reflexões sobre o stress infantil**. Disponível em: http://www.dfe.uem.br/textos/tcc_2010/Juliana%20Ferrareze%20Jorra.pdf. Acesso em 16/02/2012.

KALOUSTIAN, S.M. (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. Brasília: UNICEF, 1988.

LIPP, M.E.N; ARANTES, J. P.; BURITI, M. S.; WITZIG, T. **O estresse em escolares**. In: LIPP, M.E.N. (org.). **Psicologia Escolar e Educacional**, v.6, n. 1, p. 51-56, 2008.

MACHADO, H.V. Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n.2, p. 317-323, 2005.

MELLO, T.M.S.B.P. A família e sua dinâmica: uma visão psicossocial. **Cadernos de Serviço Social – PUCCAP**. Campinas: Faculdade de Serviço Social. ANO VII ,1997

PSICOLOGIA CLINICA E PSICOTERAPEUTA. **O divórcio dos pais. Que consequências para os filhos?** Disponível em:

<http://lidiacraveiro.blogspot.com.br/2009/04/o-divorcio-dos-pais-que-consequencias.html>. Acesso em 25/05/2012.

ORSI, M. J. S. **Família**: reflexos da contemporaneidade na aprendizagem escolar. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a08Orsi03.pdf>. Acesso em 16/02/2012.

PIAGET, Jean . **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou,1977.

POSTMAN, N. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Gaphia, 1999.

RAMIRES, V. R. R. As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 183-193, 2004 .

SOIFER, R. **Psicodinamismos da família com crianças**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUZA, R. M. Depois que papai e mamãe se separaram: um relato dos filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.16, n. 3, p. 203-211, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4807.pdf>. Acesso em 15/06/2012.

SIMIONATO, M. A.W; OLIVEIRA, R.G. Funções e transformações da família ao longo da historia. **Anais do I Encontro Paranaense de Psicopedagogia ABPp**, novembro, 2003.

SANTOS , Jonabio Barbosa dos; SANTOS, Morgana Sales da Costa . **Família monoparental brasileira**. (2009) Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbosa_Rev92.pdf> acesso em 29/08/12.

TRICOLLI, V. A. C. A criança e a escola. LIPP, M.E.N. (org.). **Crianças estressadas**: causas, sintomas e soluções. 5ª ed. Campinas: Papirus, 2008.

SANTOS , Jonabio Barbosa dos; SANTOS, Morgana Sales da Costa . **Família monoparental brasileira**. (2009) Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbosa_Rev92.pdf> acesso em 29/08/12.